

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 26/08/2016

- [Redução da maioria penal para crimes graves é rejeitada pela Câmara](#)
- [Em São Paulo, Projeto Viela introduz a literatura para crianças e adolescentes por meio de rodas de conversa e debates](#)
- [Adolescente brasileira é detida nos EUA e está há 15 dias em um abrigo](#)
- [Pesquisadores norte-americanos querem saber como os bebês com microcefalia estão sendo tratados](#)
- [Petrolina sedia lançamento da Cartilha da Justiça em Pernambuco](#)
- [Negada a condenação de pais por filho que deixou de frequentar a escola](#)

Assunto: Projeto de proteção da infância será legado mundial dos Jogos Rio 2016

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 26/08/2016



O Comitê Olímpico Internacional recebe até o fim do ano as recomendações para ações mundiais de proteção à infância. O relatório será feito com base nos dados levantados pelo Comitê de Proteção Integral à Criança e aos Adolescentes nos Megaeventos do Rio de Janeiro em ações de divulgação e prevenção durante os Jogos Olímpicos e que continuarão na paralimpíada.

O trabalho de redução de riscos de ocorrência das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes vem sendo feito na cidade desde a Copa das Confederações, em 2013, e foi aprimorado para a Olimpíada, quando o comitê de proteção foi montado com representantes de instituições como serviços da prefeitura, estado e governo federal, organizações da sociedade civil e conselhos tutelares.

Para a Olimpíada, a gerente de Programas e Relações Empresariais da Childhood Brasil, Eva Dengler, explicou que a entidade fez uma parceria com o Comitê Organizador Rio 2016 para adaptar o trabalho e unificar as campanhas de conscientização.

Passaporte Verde

“Pela primeira vez num megaevento no Brasil, conseguimos unir todos os parceiros ligados à questão da criança e do adolescente para que todos trabalhassem a comunicação da proteção à infância de forma unificada, com forma de falar sobre. Isso para que não tivéssemos como

ocorreu na Copa, com cada organização fazendo uma campanha e muitas vezes com mensagens conflitantes”.

De acordo com o comitê de proteção, cinco tipos de violação aos direitos da criança e do adolescente são mais comuns em megaeventos: crianças em situação de rua, exploração sexual, trabalho infantil, uso de álcool e/ou drogas e crianças desaparecidas. Cada violação teve um fluxo específico de atendimento e encaminhamento durante os jogos e, segundo Eva, o trabalho vai continuar até o fim da Paralimpíada.

“Através do programa Passaporte Verde, da Organização das Nações Unidas, que promove o turismo sustentável no mundo, adaptamos para a Olimpíada e conseguimos que a proteção de criança e do adolescente fosse priorizada como tema de responsabilidade social de bares, hotéis, pousadas, hostels e outros estabelecimentos comerciais. Esse engajamento do *trend* turístico é fundamental quando a gente trabalha em um evento tão grande como esse”.

Experiência

Segundo ela, com o trabalho feito no Rio de Janeiro a proteção da infância deve entrar como legado na pauta de ações globais do Comitê Olímpico Internacional (COI) para as próximas olimpíadas. A ideia é que as ações preventivas sejam premissas básicas e compromisso para a escolha das futuras sedes.

“Essa experiência que a gente vem vivendo no Brasil nos megaeventos trouxe alguns desafios, entre eles o fato de que a estrutura olímpica ainda não está contemplando uma série de aspectos extremamente importantes para garantir os direitos de crianças e adolescentes e que não fazem parte nem do momento em que uma cidade é selecionada para sediar os jogos nem dos procedimentos operacionais desses jogos. A proteção da criança e do adolescente nesses eventos é um aspecto muito invisível e que nunca vinha sendo considerado um ponto de atenção”.

Estratégia

A Childhood Brasil informou que os direitos da infância são muito impactados pela grande circulação de turistas e que o objetivo é que o COI tenha esse aprendizado conseguido no Rio. “Vamos entregar o relatório para que os próximos países possam avançar a partir do ponto que a gente chegou”, acrescentou Eva.

O trabalho foi apresentado ao COI pela rainha Silvia da Suécia, fundadora da Childhood Brasil, que visitou o Brasil durante os Jogos Olímpicos.

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos ainda não fechou a estratégia de atuação para a Paralimpíada, mas informou que deve seguir o modelo utilizado na Olimpíada, com foco principal na proteção e prevenção e distribuição de pulseiras de identificação.

Assunto: Em São Paulo, Projeto Viela introduz a literatura para crianças e adolescentes por meio de rodas de conversa e debates

Fonte: Promenino

Data: 26/08/2016

Promenino



A horta pendurada na parede roxa marca o começo de uma viela sinuosa e colorida que, a partir da rua Macedônio Fernandes, percorre boa parte da comunidade do Jardim Ibirapuera, na zona sul de São Paulo. Marcas da periferia estão presentes – ruas estreitas e esburacadas, agito fervoroso, bares como ponto de encontro, uma sequência sem fim de moradias de tijolo sem pintura

nem frescura, pipas desafiando os fios elétricos.

Descendo por ela, destaca-se uma casa grafitada e de dois andares, em cuja placa se lê em letras garrafais: PROJETO VIELA. O som de festa e o barulho de crianças brincando chega antes mesmo de escalar os degraus íngremes e não lineares que dão na laje, reformada no início de 2016 através de uma iniciativa de crowdfunding.

A comemoração é de sete anos do Projeto Viela, iniciativa que introduz a literatura para crianças e adolescentes da região através de rodas de leitura e debates, utilizando como ponto de partida duas grandes invenções da humanidade: o cinema e o futebol.

O projeto já teve o nome de Viela Letras e Livros e sua história está intimamente ligada à de seu criador: Anderson Agostinho, ou simplesmente Buiú, como é conhecido por toda a comunidade. Aos 34 anos, Buiú é formado em Educação Física e atualmente toma conta da parte institucional do projeto, costurando parcerias e vislumbrando novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento para as crianças e jovens que dele participam.

Vinte anos atrás, porém, a situação era bem diferente. Durante a juventude, Buiú largou os estudos por conta do desgastante trabalho como feirante. De terça a domingo, ajudava familiares e amigos a montar a barraca, ajeitar as frutas e carregar e descarregar o caminhão. Ganhava 15 reais por dia de serviço. Aos 15 anos, começou a trabalhar como pintor.

São paulino de coração e volante de posição, Buiú estava determinado a seguir a carreira de jogador de futebol. Disputou vagas em clubes como Portuguesa, Juventus e Fluminense – sem sucesso. Passou por uma peneira do Ituano e quase concretizou seu sonho – era tarde demais.

Já estava envolvido com drogas de alto índice de dependência, como álcool e cocaína, e esteve à beira da morte em 2007 por conta de um mal-entendido com os traficantes da região.

“Depois desse dia resolvi mudar de vida. Foi o limite, um sinal de alerta”, conta Buiú, sentado em um degrau em frente à viela aonde, por tantos anos, organizou sessões de cinema e contação de histórias a céu aberto. Os moradores que passavam por ali – e não eram poucos – recebiam prontamente um convite para subir e comemorar o aniversário do projeto.



Em 2007, após a ameaça de morte, Buiú decidiu investir em suas próprias habilidades para além das quatro linhas que delimitam um campo de futebol. Aos 27 anos, fez cursos de música, desenho e pintura a óleo no Núcleo de Proteção Psicossocial Especial (NPPE). “Sempre gostei de desenhar. Pintar me dá uma sensação de liberdade única”, afirma. Hoje, as camisetas e bonés vendidos com a marca do projeto levam seus traços.



Dois anos depois, em 2009, o Projeto Viela ganhava corpo. Em sua própria casa, Buiú construiu um pequeno palco onde eram realizados shows abertos de samba, jazz e hip hop. A viela passou a receber sessões quinzenais de cinema, onde crianças, adultos e também idosos comiam pipoca e liam em conjunto histórias infantis antes e depois do filme. Hoje, após a reforma do local, as sessões são realizadas na própria laje.

Paralelamente, a iniciativa Futebol e Leitura fechou parceria com a Escola Estadual Comendador Alfredo Vianello Gregório para utilizar a sua quadra poliesportiva. Começou com a presença de dez meninos – hoje, mais de 70 participam da ação, onde crianças e jovens participam de uma roda de leitura para então jogar futebol e disputar campeonatos. A intenção agora é expandir a ação para as meninas da região.

Além de realizar encontro de mulheres, oficinas de reciclagem, pintura, artesanato e palestras sobre a realidade do bairro, o projeto também acompanha os boletins escolares de seus participantes. De acordo com Buiú, é evidente a melhora em pontos como leitura, escuta, integração social e rendimento.



“O Projeto Viela surgiu com o objetivo de desenvolver os talentos que já existem dentro da comunidade. Está cheio de artistas dentro das vielas, mas não tinha ninguém que apoiasse essas crianças e adolescentes para que pudessem expressar sua arte”, pontua Buiú, que em nenhum momento parou de convidar os pedestres para subir na laje e comemorar os sete anos do Viela.

E já define como ‘grande’ o papel do projeto na transformação local: “A abertura que a gente dá para que eles possam estar aqui fazendo coisas é a abertura que pode potencializar as suas ideias e seus sonhos. É muito difícil enraizar algo que seja forte para o futuro deles aqui nessa comunidade, mas agora eles já entendem que esse espaço funciona para

Assunto: Adolescente brasileira é detida nos EUA e está há 15 dias em um abrigo

Fonte: Diário de PE

Data: 26/08/2016



Uma adolescente brasileira de 16 anos foi barrada pela imigração no aeroporto de Detroit, nos Estados Unidos, e está há 15 dias retida em um abrigo para imigrantes em Chicago sem conseguir sair do país. De São Paulo, a jovem viajou desacompanhada, no dia 10 de agosto, com visto de turista, com destino a Orlando para visitar os tios, que moram na cidade.

A família diz que, após ter sido levada pelas autoridades americanas a um abrigo, a adolescente ficou incomunicável por três dias e o endereço do abrigo onde está é sigiloso. As autoridades americanas teriam pedido ainda a comprovação da paternidade da jovem. Nesta sexta-feira, ela faz aniversário e terá somente uma hora para comemorar com a mãe.

Há dez dias, a mãe da jovem viajou a Chicago para tentar resgatar a menina. Lá, as duas já se encontraram pessoalmente. Mas segundo o pai, os encontros são cheios de regras "para que ninguém conheça o local do abrigo". As duas se encontram em um prédio diferente do abrigo e, além disso, chegam e saem em horários diferentes. "É isso que nos deixa perplexos e amargurados: não saber onde ela está, não ter nenhum tipo de informação", disse Ferreira. Segundo o pai, no local onde está retida, Anna tem direito a duas ligações semanais de 10 minutos e a um encontro por semana com a mãe, de uma hora.

A garota saiu de São Paulo por volta das 21 horas do dia 10 de agosto com destino a Orlando. Ela desceu no aeroporto de Detroit em Michigan, onde faria uma conexão, mas foi barrada pelas autoridades americanas e, no mesmo dia, encaminhada para um abrigo em outra cidade, Chicago, em Illinois. De acordo com o pai, quando ainda estava comunicável a filha relatou ter esperado aproximadamente 10 horas no aeroporto. Ela conta que teria sido encaminhada ao abrigo sob alegação de estar desacompanhada. O pai contesta: "Por ser menor, ela tinha toda a documentação.

Preenchemos um formulário da Polícia Federal, fomos ao cartório reconhecer firma. Fizemos tudo o que a lei brasileira nos pedia para fazer".

O pai conversou por telefone com a jovem neste domingo, 21, e diz que ela só chora e pede para ser tirada logo do abrigo. "Ela faz várias atividades o dia todo, está dando apoio a brasileiros que não falam inglês. Mas ela só chora porque quer sair logo de lá", afirma. Os pais contrataram uma advogada em Chicago e estão esperançosos de que Anna seja liberada na próxima semana.

Esta foi a primeira vez que ela viajou desacompanhada aos Estados Unidos. Mas a família já foi a Orlando várias vezes para visitar os parentes. Agora, o pai diz que não pretende nunca

mais voltar ao país. "Queremos a saída imediata. Ela não tem nada que desabone. Não tem motivo para que eles a mantenham retida. Estamos dispostos a cancelar o visto e nunca mais pisar nos Estados Unidos de novo. Aquele país não tem mais graça para nós, nada mais nos atrai", diz. "A deportação voluntária, pelo que nos informaram, é o meio mais rápido para a pessoa sair do país. Já pedimos que a nossa advogada proceda nesse sentido".

De acordo com a pedagoga aposentada Márcia Nosé, de 59 anos, amiga da família há 15 anos, a família está muito abalada. Márcia diz que a adolescente não fez nada de errado. "É uma menina bem centrada, não portava drogas e não estava indo se prostituir", afirma. "O consulado brasileiro disse que não pode fazer nada com as leis americanas, infelizmente. Está só dando apoio".

O Itamaraty foi comunicado do caso no dia 15 e disse que acionou o Consulado-Geral do Brasil em Chicago. Em nota, o órgão explicou que o Consulado brasileiro entrou em contato com as autoridades locais e agendou visita à jovem para o dia seguinte, no dia 16. "Desde então, o Consulado brasileiro tem mantido contato permanente com os pais da menor e com as autoridades locais, com vistas a assegurar o devido processo do caso. O Consulado solicitou às autoridades urgência na análise do caso e no agendamento da audiência que decidirá sobre o retorno da menor para o Brasil".

Questionado, o Itamaraty não confirmou se a jovem tinha autorização da Polícia Federal para viajar desacompanhada. Também não informou quais são as justificativas das autoridades locais para a retenção da jovem e qual é a data da audiência que decidirá sobre o retorno dela ao Brasil.

Assunto: Pesquisadores norte-americanos querem saber como os bebês com microcefalia estão sendo tratados

Fonte: Diário de PE

Data: 26/08/2016



Pesquisadores norte-americanos visitaram ontem o Centro de Reabilitação Menina dos Olhos, da Fundação Altino Ventura para conhecer as técnicas de reabilitação desenvolvidas para crianças com microcefalia associada ao zika vírus. Eles querem levar o conhecimento já adquirido no estado para ajudar nas pesquisas que estão sendo desenvolvidas nos Estados Unidos, onde já foram confirmados 279 casos de mulheres grávidas contaminadas pelo zika, segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), nos Estados Unidos. A Fundação Altino Ventura trabalha atualmente com 200 crianças, que são atendidas por oftalmologistas, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e fonoaudiólogas. Helena Miranda, 10 meses, começa a mostrar as primeiras evoluções após a rotina de terapias de estímulos visual e auditivo que recebe três vezes por semana. “Ela era mais paradinha e hoje reage, abre a mão para pegar os brinquedos”, atestou a mãe Nicole Melo, de 23 anos. Cada conquista também é festejada pelo profissionais que atuam de forma pioneira no mundo e estão abrindo caminho para um modelo de tratamento inédito. “Esse trabalho é uma amostra de que a ciência do Nordeste está em condições de realizar trabalhos importantes. Vários artigos de muita relevância foram publicados a partir daqui”, enfatizou o professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Rubens Belfort Júnior, que desde de novembro do ano passado visita a Fundação.

Aumentar os investimentos nas pesquisas é um caminho defendido pelos especialistas. “Os médicos daqui sabem mais do que nós e têm muito a contribuir”, afirmou o diretor do Instituto Wilmer Eye, da Pensilvânia, Willian May. Ele e o chefe de oftalmologia da Universidade Johns Hopkins, da Maryland Peter MacDowell, acompanharam as técnicas de reabilitação visual, apoio fisioterápico e neurológico.

“Algumas crianças apresentam problema do globo ocular e outras são afetadas na área cortical cerebral. E isso tudo está causando um dano funcional à visão. A nossa equipe multiprofissional tem desenvolvido um protocolo baseado em normas da Organização Mundial de Saúde e do Ministério de Saúde utilizando a tecnologia para fazer o diagnóstico e tratamento adequado”, ressaltou a presidente da Fundação, Liana Ventura. A fila de espera da Fundação Altino Ventura já chega a 183 crianças. “O desafio é muito grande. Essa visita traz um resultado muito positivo pela perspectiva de pesquisas e colaboração, com esse intercâmbio técnico-científico para trocar experiência somando esforços. Essas parcerias nacionais e internacionais nos dão novas oportunidades para melhorar a qualidade de vida das crianças e das suas famílias. Nos sentimos honrados com essa visita e em ser referência mundial”, conta a presidente.

Assunto: Petrolina sedia lançamento da Cartilha da Justiça em Pernambuco

Fonte: AMB

Data: 26/08/2016



A Escola Estadual Eduardo Coelho, em Petrolina (PE), recebeu nesta quinta-feira (25) a Cartilha Cidadania e Justiça na Escola. Para recepcionar os magistrados e autoridades locais e homenagear a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência, alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) do município participaram com apresentações de frevo e maracatu.



A coordenadora do projeto e vice-presidente de Integração da AMB, Nartir Weber, explicou para a atenta plateia como é importante conhecer seus direitos e deveres para o exercício da cidadania. “A cartilha, lançada há quase 24 anos, foi produzida porque a AMB percebeu, naquela ocasião, que era necessário que os juízes saíssem de seus gabinetes e se comunicassem com a sociedade também por intermédio de vocês, alunos do ensino fundamental”, contou Nartir Weber.

Com exemplos de situações que podem ser vivenciadas por qualquer pessoa, como bullying, briga de vizinhos, violência doméstica e trabalho infantil, a vice-presidente mostrou para as crianças e adolescentes o caráter prático da publicação, produzida em formato de gibi. “Agora vocês serão mestres em encontrar assuntos do dia a dia de cada um na cartilha e vão saber o que fazer e a quem recorrer”, disse.

A vice-presidente de Integração da AMB também divulgou a ideia da realização de um concurso nacional de redação pela entidade em 2017, quando a cartilha completará 25 anos de existência. O ganhador seria levado a Brasília para ver de perto o trabalho dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo.

O presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe), desembargador Antenor Cardoso Soares Júnior, que prestigiou o lançamento em Petrolina, apoiou a iniciativa. O desembargador acolheu ainda a sugestão de Nartir Weber de também realizar um concurso de redação nas escolas de Pernambuco.

O magistrado anunciou que pretende levar a cartilha a todas as escolas do Estado. “Ser juiz não é apenas julgar os processos que estão aos nossos cuidados. Ser juiz também é participar

ativamente da vida da sociedade e nós estamos honrados em participar deste projeto da AMB”, afirmou.

O diretor da escola, João Vicente Bezerra Limeira, agradeceu a escolha da unidade de ensino para o lançamento e destacou a contribuição da AMB com a educação. “Nossos alunos se tornam multiplicadores de conhecimento sobre a Justiça, esclarecendo as pessoas com as quais convivem. Essa participação, principalmente da família, e esse conhecimento são importantes para que possamos ofertar uma educação pública de qualidade, que é um direito de todos, assegurado pela Constituição”, avaliou.

Também participaram da solenidade o diretor financeiro da Amepe, Nehemias de Moura Tenório; o diretor financeiro adjunto da Amepe, José Claudionor da Silva Filho; o juiz José Carlos Rodrigues do Nascimento, titular da Vara da Infância e Juventude de Juazeiro (BA); o juiz Francisco Josafá Moreira, do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE); a defensora pública Carolina Izidoro do Nascimento, de Petrolina; e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Petrolina, Alexandre Jorge Torres Silva.

A cartilha

O objetivo da publicação é aproximar alunos e professores do ensino fundamental com o Poder Judiciário. A linguagem é simples. As ilustrações são do cartunista Marcos Vaz. O jubileu de prata da cartilha será comemorado em 2017. Há dois anos, a cartilha foi aprimorada para inserir temas atuais, como o bullying, Lei Maria da Penha, relações homoafetivas, alienação parental e guarda compartilhada.

Assunto: Negada a condenação de pais por filho que deixou de frequentar a escola

Fonte: STJ

Data: 26/08/2016



A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) para aplicação de multa a pais que deixaram de adotar medidas para que seu filho voltasse a frequentar as aulas. De forma unânime, o colegiado entendeu que a punição comprometeria a estabilidade financeira da família, que demonstrou hipossuficiência econômica.

Originalmente, o MPRJ apresentou representação contra os pais do adolescente, que estava matriculado no sétimo ano do ensino fundamental e que, a partir do segundo semestre letivo de 2010, deixou de frequentar as aulas.

De acordo com o órgão ministerial, a escola esgotou todas as alternativas no sentido de estimular o menor a retomar seus estudos, buscando inclusive o Conselho Tutelar e realizando visitas de orientação à família. Mesmo assim, o aluno continuou ausente do ambiente escolar.

Ao apontar a irresponsabilidade parental e o abandono intelectual do garoto, o Ministério Público pediu judicialmente a aplicação de multa aos genitores, conforme estabelecido pelo artigo 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Alternativas

Em sua defesa, o pai do menor alegou que não tinha responsabilidade pelos problemas relativos à frequência escolar de seu filho, que morava apenas com a mãe à época dos fatos. O genitor também afirmou que buscou acompanhar a situação do adolescente e que o Conselho Tutelar, apesar dos esforços para acompanhamento do caso, não conseguiu encontrar alternativas concretas para solucionar o problema.

No julgamento de primeira instância, o juiz decidiu condenar os genitores do garoto ao pagamento de multa equivalente a três salários mínimos. O magistrado também determinou que o menor fosse matriculado na rede municipal de ensino.

Todavia, em segundo grau, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) afastou a condenação ao pagamento da multa. Considerando a condição humilde da família, os desembargadores entenderam que a aplicação da penalidade inviabilizaria a própria manutenção dos pais e do adolescente. O acórdão manteve a determinação judicial para o acompanhamento do caso por profissionais.

Com a modificação do julgamento pelo tribunal fluminense, o Ministério Público recorreu ao STJ, sob o argumento de que o descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar

implica a sanção prevista pelo ECA. Defendeu, ainda, que haveria a possibilidade de parcelamento do valor estabelecido como multa.

Subsistência

Apesar de reconhecer que os genitores agiram com negligência no tocante à situação escolar de seu filho, o ministro relator do recurso, Marco Buzzi, ressaltou que a aplicação de multa aos pais não surtiria o efeito de retorno do adolescente à escola. Ademais, o relator entendeu que a condenação poderia comprometer a própria estrutura de subsistência familiar.

“Ainda que recaia sobre os pais ou responsáveis o dever de garantir o acesso à educação, não há como lhes atribuir, no caso concreto, conduta dolosa, quando visivelmente impotentes diante de adolescente que simplesmente não quer mais estudar. O pagamento da multa não reverterá esta situação”, concluiu o relator.

Dessa forma, no voto, que foi acompanhado de forma unânime pelo colegiado, o ministro Buzzi considerou como adequadas as medidas estabelecidas pelo TJRJ. O tribunal havia determinado o encaminhamento dos genitores para tratamento psicológico e a condução deles a programas de orientação, ações “voltadas à conscientização de suas responsabilidades inerentes ao poder familiar”.